



PLANO DE TRABALHO – 2019

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS

1 - CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

O Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes é um serviço que integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Consiste em acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.) devem ser atendidos na mesma unidade, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta. O serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”. No caso do Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo Institucional, a unidade deve ser semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

Este serviço deverá estruturar seu atendimento de acordo com os seguintes princípios: excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; provisoriedade do afastamento do convívio familiar; preservação e fortalecimento dos vínculos, familiares e comunitários; garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; oferta de atendimento personalizado e individualizado; garantia de liberdade de crença e religião; respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem. Para melhoria dos atendimentos prestados nestes serviços deve seguir como orientações metodológicas: estudo diagnóstico prévio; estudo diagnóstico pós acolhimento; Plano de Atendimento Individual e Familiar; acompanhamento da família de origem; articulação intersetorial, no âmbito do SUAS, SUS, Educação e demais políticas públicas e órgãos dos Sistemas de Garantia de Direitos; elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Enquanto o acolhimento for necessário, é fundamental ofertar à criança e ao adolescente um ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento, de modo a favorecer, dentre outros aspectos: seu desenvolvimento integral; a superação de vivências de separação e violência; a apropriação e ressignificação de sua história de vida; o fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social. Assim que a criança ou adolescente chegar ao abrigo, a



equipe técnica do serviço, que poderá contar com a contribuição da equipe do Centro de Referência Especializado da Assistência Social, elaborará um Plano de Atendimento Individual e Familiar (Plano Individual de Acolhimento), no qual constem objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidos tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação. A elaboração deste Plano de Atendimento deve ser realizada em parceria com o Conselho Tutelar e, sempre que possível, com a equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, também deve envolver uma escuta qualificada da criança, do adolescente e de sua família, bem como de pessoas que lhes sejam significativas em seu convívio, de modo a compreender a dinâmica familiar e as relações estabelecidas com o contexto. É necessário que a criança, o adolescente e as famílias tenham papel ativo nesse processo e possam junto aos técnicos e demais integrantes da rede, pensar nos caminhos possíveis para a superação das situações de risco e de violação de direitos, participando da definição dos encaminhamentos, intervenções e procedimentos que possam contribuir para o atendimento de suas demandas.

2 - VIGÊNCIA

Esta parceria terá como vigência o período de 16/05/19 a 31/12/2019.

3 – OBJETO

Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo Institucional para crianças, adolescentes que possuem vínculos de parentescos com as crianças acolhidas e adolescentes com vínculos institucionais, que estão sob medida protetiva e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

4 – JUSTIFICATIVA

Atualmente, há aproximadamente 47 mil crianças e adolescentes acolhidos no Brasil (Fonte: www.cnj.jus.br/cnca/publico). De acordo com o levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em 2011, os principais motivos de acolhimento são: negligência familiar, pais ou responsáveis dependentes químicos, abandono e violência doméstica. No Município de Guaxupé essa realidade não é diferente. Atualmente 10 crianças e 12 adolescentes guaxupeanos encontram-se acolhidos nas entidades do Terceiro Setor parceiras do Município. Além disso, mais 04 crianças e 05 adolescentes guaxupeanos necessitaram do serviço de acolhimento durante o ano de 2018. (Fonte: Prefeitura de Guaxupé). Frente aos casos constatados e a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas para este público, bem como para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, justifica-se a celebração da parceria para ofertar o Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo Institucional para crianças e adolescentes. Esta parceria tem por finalidade acolher e garantir proteção integral ao referido público, bem como contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos.



5 – PÚBLICO ALVO

Crianças e adolescentes, de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco deverão permanecer na mesma unidade, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência. Adolescentes que possuem vínculo institucional deverão permanecer na unidade.

Número de vagas: 15 vagas para crianças e 05 vagas para adolescentes, durante toda a vigência da parceria.

6 - OBJETIVOS

- Acolher e garantir proteção integral;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais, preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Desenvolver condições para a independência e o auto-cuidado;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte, ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

7 – IMPACTOS SOCIAIS ESPERADOS

- Crianças e adolescentes protegidos;
- Prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Redução das violências dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- Construção da autonomia;
- Ressignificação dos vínculos fragilizados/rompidos.



8 – FORMA DE EXECUÇÃO E AFERIÇÃO DAS METAS

Metas	Ações	Indicadores quantitativos e/ou qualitativos	Meio de verificação	Período de verificação
Acolher crianças e adolescentes	Fornecer local para banho, alimentação e pouso, durante todo período do acolhimento	15 crianças, 05 adolescentes	Fichas cadastrais contendo data do acolhimento e desacolhimento, relatórios mensais	Mensal
Auxiliar com a provisão de documentação civil	Solicitar certidões no cartório civil; acompanhar as crianças e os adolescentes na emissão de RG, CPF.	Percentual de usuários que tiveram a documentação civil regularizada	Cópias dos documentos expedidos anexados nas fichas cadastrais, para análise estatística	No ato do acolhimento
Reestabelecer e fortalecer vínculos familiares	Realizar contato com os familiares (telefone, visitas domiciliares)	Percentual de contatos realizados e seus resultados (interesse da família em acolher o usuário)	Fichas cadastrais e PIA para análise estatística	Mensal
	Promover visitas/encontros semanais dos usuários com os familiares	Percentual de usuários que foram visitados ou que encontraram os familiares	Fichas cadastrais e PIA para análise estatística	Mensal
Possibilitar a convivência comunitária e promover acesso a programações culturais e de lazer	Realizar atividades diárias/semanais de esporte e/ou lazer em quadras comunitárias, clubes, chácaras; participar do SCFV ofertados pelo Município ou pela rede; participação em cultos religiosos, ir ao cinema, teatro, e outras formas de convivência.	Número de participantes nas atividades: 14 nesta data.	Lista de presença no SCFV e registros fotográficos do SCFV e Acolhidos	Permanente
Promover acesso aos serviços de saúde e educação	Realizar encaminhamentos para os serviços de saúde e educação; levar para a escola, acompanhar a frequência escolar.	Frequência dos usuários nos serviços; frequência escolar	Ficha e boletim escolar, relatório de controle individual de saúde	Saúde: diário; Educação: Trimestral
Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões e capacidades para construção da	Realizar/participar de workshops, palestras, oficinas. Essas ações serão elaboradas em conjunto com os usuários e acontecerão mensalmente.	Workshops/palestras mensais; oficinas serão permanentes	Documentos fiscais de prestadores de serviços, registros fotográficos, relatório de atividades	Permanente
		14 participantes	Lista de presença, registro fotográficos	



autonomia		Percentual de participantes possivelmente desenvolverão aptidões e capacidades: 91%	de que e	Relatórios de avaliação	
-----------	--	---	----------	-------------------------	--

9 - PREVISÃO DE RECEITAS

Origem	Valor
Repasse Municipal	R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

10 – PREVISÃO DE DESPESAS (R\$ 240.000,00)

Classificação da Despesa			
Especificação	Quant.	Valor mensal	Valor anual
Folha de Pagamento			
Salário de Pessoal			
Assistente Social	01	R\$ 2.125,00	R\$ 17.000,00
Coordenadora	01	R\$ 2.125,00	R\$ 17.000,00
Cuidadores	9	R\$ 11.000,00	R\$ 88.000,00
Administrativo	2	R\$ 4.625,00	R\$ 37.000,00
Motorista	01	R\$ 2.000,00	R\$ 16.000,00
Cozinheira	01	R\$ 1.125,00	R\$ 9.000,00
Auxiliar de limpeza	01	R\$ 1.125,00	R\$ 9.000,00
Auxiliar de Serviço de Manutenção	01	R\$ 1.375,00	R\$ 11.000,00
Obrigações patronais			
INSS		R\$ 2.250,00	R\$ 18.000,00
FGTS		R\$ 2.000,00	R\$ 16.000,00
DARF PIS		R\$ 250,00	R\$ 2.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 240.000,00



11 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

				MAI/2019	JUN/2019
				-	80.000,00
JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019
-	80.000,00	-	80.000,00	-	-

12 – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Primeira parcela: 08/07/2019;

Segunda parcela: 09/09/2019;

Terceira parcela: 13/12/2019.